



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EQUIPE DE MATÉRIA ADMINISTRATIVA DA 5ª REGIÃO
EQUIPE TÉCNICA DE ATUAÇÃO PRIORITÁRIA

PARECER DE FORÇA EXECUTÓRIA n. 00041/2023/PRIORIT/EADM5/PGF/AGU

PROCESSO JUDICIAL:

NUP: 35014.451357/2022-00

INTERESSADOS: GERENCIA EXECUTIVA INSS MONTES CLAROS

ASSUNTOS: EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

Juízo:	12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco							
Processo:	0802150-02.2022.4.05.8300		Entidade Representada:		INSS			
Autor(a):	INSTITUTO DEFESA COLETIVA							
Data de Ajuizamento:		14/02/2022	Transitado em Julgado			SIM		NÃO
					DATA:			
DADOS DO PROCURADOR	MÁRCIO DE CARVALHO ORDONHO			SIAPE		1.553.489		
	OAB/UF		21.446-PE	ID. ÚNICA		015534898		

I – RELATÓRIO:

Trata-se de Ação Civil Pública promovida pelo Instituto Defesa Coletiva em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - e da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev.

A magistrada de primeiro grau deferiu o pedido de liminar, determinando: a) bloqueio de todos os benefícios previdenciários para contratações de empréstimos consignados, podendo o desbloqueio ser realizado pelo titular do benefício, a qualquer momento, através do aplicativo "Meu INSS" ou através da Central 135 (o que implicará, destarte, uma inversão da sistemática atual, em que os benefícios não têm quaisquer bloqueios para contratações de empréstimos, salvo quando bloqueados pelos seus titulares através do aplicativo), restando mantida, para os benefícios novos, a sistemática prevista no artigo 1º, §§ 1º e 2º, da Instrução Normativa nº 28/2008, do INSS, devendo os desbloqueios, também nestes casos, depois do decurso do prazo de 90 dias ali estabelecido, serem realizados pelo titular do benefício apenas através do aplicativo "Meu INSS" ou através da Central 135; b) apresentação de relatório com os processos administrativos instaurados em desfavor das instituições financeiras infratoras nos últimos cinco anos, devendo ser indicados o número do processo, a data da instauração, a fase atual e o nome e CNPJ da instituição financeira envolvida na apuração; c) instauração de processos administrativos em face dos Bancos BMG, PAN, CCB Brasil e Banco do Brasil, em razão da existência de sentenças transitadas em julgado nos processos 1331636-90.2019.8.13.0000, 5000028-81.2020.8.13.0570, 5001223-35.2018.8.13.0647, 5002351-19.2019.8.13.0433, 5002495-64.2018.8.13.0647 e 5017830-48.2016.8.13.0145, para os fins do artigo 52, inciso I, alínea 'b', da Instrução Normativa INSS nº 28/2008; d) instauração de processos administrativos em face dos Bancos Olé Consignado, Ficsa, PAN, Safra e Cetelem, a partir das provas apresentadas nas Ações Cíveis Públicas mencionadas pelo demandante na inicial (Ações Cíveis Públicas nº 5041991-58.2020.8.13.0024, 5155846-15.2020.8.13.0024, 5155410- 90.2019.8.13.0024, 5154588-04.2019.8.13.0024, 5155455-94.2019.8.13.0024; 5155320- 82.2019.8.13.0024 e 2553508-45.2006.8.13.0024), para os fins dos artigos 52 e 52-A da mesma IN.

II – INTERPRETAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL:

a) Eficácia Temporal da Decisão:

Conforme decisão judicial, foi deferida liminar em que se determinou a) bloqueio de todos os benefícios previdenciários para contratações de empréstimos consignados, podendo o desbloqueio ser realizado pelo titular do benefício, a qualquer momento, através do aplicativo "Meu INSS" ou através da Central 135 (o que implicará, destarte, uma inversão da sistemática atual, em que os benefícios não têm quaisquer bloqueios para contratações de empréstimos, salvo quando bloqueados pelos seus titulares através do aplicativo), restando mantida, para os benefícios novos, a sistemática prevista no artigo 1º, §§ 1º e 2º, da Instrução Normativa nº 28/2008, do INSS, devendo os desbloqueios, também nestes casos, depois do decurso do prazo de 90 dias ali estabelecido, serem realizados pelo titular do benefício apenas através do aplicativo "Meu INSS" ou através da Central 135; b) apresentação de relatório com os processos administrativos instaurados em desfavor das instituições financeiras infratoras nos últimos cinco anos, devendo ser indicados o número do processo, a data da instauração, a fase atual e o nome e CNPJ da instituição financeira envolvida na apuração; c) instauração de processos administrativos em face dos Bancos BMG, PAN, CCB Brasil e Banco do Brasil, em razão da existência de sentenças transitadas em julgado nos processos 1331636-90.2019.8.13.0000, 5000028-81.2020.8.13.0570, 5001223-35.2018.8.13.0647, 5002351-19.2019.8.13.0433, 5002495-64.2018.8.13.0647 e 5017830-48.2016.8.13.0145, para os fins do artigo 52, inciso I, alínea 'b', da Instrução Normativa INSS nº 28/2008; d) instauração de processos administrativos em face dos Bancos Olé Consignado, Ficsa, PAN, Safra e Cetelem, a partir das provas apresentadas nas Ações Cíveis Públicas mencionadas pelo demandante na inicial (Ações Cíveis

Públicas nº 5041991-58.2020.8.13.0024, 5155846-15.2020.8.13.0024, 5155410- 90.2019.8.13.0024, 5154588-04.2019.8.13.0024, 5155455-94.2019.8.13.0024; 5155320- 82.2019.8.13.0024 e 2553508-45.2006.8.13.0024), para os fins dos artigos 52 e 52-A da mesma IN.

b) Limites da Decisão:

A decisão judicial determinou a) bloqueio de todos os benefícios previdenciários para contratações de empréstimos consignados, podendo o desbloqueio ser realizado pelo titular do benefício, a qualquer momento, através do aplicativo "Meu INSS" ou através da Central 135 (o que implicará, destarte, uma inversão da sistemática atual, em que os benefícios não têm quaisquer bloqueios para contratações de empréstimos, salvo quando bloqueados pelos seus titulares através do aplicativo), restando mantida, para os benefícios novos, a sistemática prevista no artigo 1º, §§ 1º e 2º, da Instrução Normativa nº 28/2008, do INSS, devendo os desbloqueios, também nestes casos, depois do decurso do prazo de 90 dias ali estabelecido, serem realizados pelo titular do benefício apenas através do aplicativo "Meu INSS" ou através da Central 135; b) apresentação de relatório com os processos administrativos instaurados em desfavor das instituições financeiras infratoras nos últimos cinco anos, devendo ser indicados o número do processo, a data da instauração, a fase atual e o nome e CNPJ da instituição financeira envolvida na apuração; c) instauração de processos administrativos em face dos Bancos BMG, PAN, CCB Brasil e Banco do Brasil, em razão da existência de sentenças transitadas em julgado nos processos 1331636-90.2019.8.13.0000, 5000028-81.2020.8.13.0570, 5001223-35.2018.8.13.0647, 5002351-19.2019.8.13.0433, 5002495-64.2018.8.13.0647 e 5017830-48.2016.8.13.0145, para os fins do artigo 52, inciso I, alínea 'b', da Instrução Normativa INSS nº 28/2008; d) instauração de processos administrativos em face dos Bancos Olé Consignado, Ficsa, PAN, Safra e Cetelem, a partir das provas apresentadas nas Ações Cíveis Públicas mencionadas pelo demandante na inicial (Ações Cíveis Públicas nº 5041991-58.2020.8.13.0024, 5155846-15.2020.8.13.0024, 5155410- 90.2019.8.13.0024, 5154588-04.2019.8.13.0024, 5155455-94.2019.8.13.0024; 5155320-82.2019.8.13.0024 e 2553508-45.2006.8.13.0024), para os fins dos artigos 52 e 52-A da mesma IN.

III – ANÁLISE DA EXEQUIBILIDADE:

Não há qualquer obstáculo quanto ao cumprimento da decisão aqui versada.

É o parecer.

Recife, 18 de outubro de 2023.

Márcio de Carvalho Ordonho
Procurador Federal

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 35014451357202200 e da chave de acesso 77ea0e02



Documento assinado eletronicamente por MARCIO DE CARVALHO ORDONHO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1312903826 e chave de acesso 77ea0e02 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MARCIO DE CARVALHO ORDONHO. Data e Hora: 18-10-2023 18:08. Número de Série: 47045909093123003930550543298. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EQUIPE DE MATÉRIA ADMINISTRATIVA DA 5ª REGIÃO
EQUIPE TÉCNICA DE ATUAÇÃO PRIORITÁRIA

DESPACHO n. 00249/2023/PRIORIT/EADM5/PGF/AGU

NUP: 35014.451357/2022-00

INTERESSADOS: GERENCIA EXECUTIVA INSS MONTES CLAROS

ASSUNTOS: EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

1. Em atenção à **COTA n. 00423/2023/CAP/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU** (seq. 31), informo que por meio da **NOTA n. 00039/2023/CAP/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU** (seq. 25) foi requerido desta Procuradoria Regional Federal da 5ª Região a adoção de três medidas.
2. Em relação à primeira medida, a saber, a solicitação de Parecer de Força Executória, informo que não foi localizado em nenhum NUP, razão pela qual foi elaborado e anexado no presente NUP (seq. 32);
3. Em relação **ao envio dos autos dos processos** 1331636-90.2019.8.13.0000, 5000028-81.2020.8.13.0570, 5001223-35.2018.8.13.0647, 5002351-19.2019.8.13.0433, 5002495-64.2018.8.13.0647 e 5017830-48.2016.8.13.0145 bem como do envio dos autos das ações públicas nº 5041991-58.2020.8.13.0024, 5155846-15.2020.8.13.0024, 5155410-90.2019.8.13.0024, 5154588-04.2019.8.13.0024, 5155455-94.2019.8.13.0024; 5155320-82.2019.8.13.0024 e 2553508-45.2006.8.13.0024, encaminho a presente solicitação à Coordenação do Núcleo de Matéria Administrativa da 5ª Região a fim de que seja feita a solicitação ao setor competente da Procuradoria Regional Federal da 5ª Região.
4. Após a juntada no presente NUP da documentação requerida no ponto 3 acima, solicito que seja encaminhado o presente NUP à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS - Direção Central conforme solicitado no item 8b da **NOTA n. 00039/2023/CAP/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU**.
5. Solicito que as medidas requeridas sejam adotadas com brevidade, em razão da urgência do caso.

Recife, 18 de outubro de 2023.

Márcio de Carvalho Ordonho
Procurador Federal

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 35014451357202200 e da chave de acesso 77ea0e02



Documento assinado eletronicamente por MARCIO DE CARVALHO ORDONHO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1312892372 e chave de acesso 77ea0e02 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MARCIO DE CARVALHO ORDONHO. Data e Hora: 18-10-2023 18:24. Número de Série: 47045909093123003930550543298. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EQUIPE DE MATÉRIA ADMINISTRATIVA DA 5ª REGIÃO
COORDENAÇÃO TÉCNICA DA EQUIPE REGIONAL
DESPACHO n. 00425/2023/COORD-TEC/EADM5/PGF/AGU

NUP: 35014.451357/2022-00

INTERESSADOS: GERENCIA EXECUTIVA INSS MONTES CLAROS

ASSUNTOS: EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

1. Manifesto ciência dos termos do **DESPACHO n. 00249/2023/PRIORIT/EADM5/PGF/AGU**, bem como do Parecer de Força Executória Elaborado e constante do Seq. 32.
2. Quanto à cópia dos processos solicitados, informo que os mesmos foram baixados no sapiens via integração com o Pje do TJMG, conforme se vê na lista abaixo:

CADASTRO EFETUADO NO SAPIENS DAS AÇÃO CONSIGNAÇÃO:

5000028-81.2020.8.13.0570 (TJMG_1)
5001223-35.2018.8.13.0647 (TJMG_1)
5002351-19.2019.8.13.0433 (TJMG_1)
5002495-64.2018.8.13.0647 (TJMG_1)
5017830-48.2016.8.13.0145 (TJMG_1)

CADASTRO AÇÃO PÚBLICA - CONSIGNADO

5041991-58.2020.8.13.0024 (TJMG_1)
5155846-15.2020.8.13.0024 (TJMG_1)
5155410-90.2019.8.13.0024 (TJMG_1)
5154588-04.2019.8.13.0024 (TJMG_1)
5155455-94.2019.8.13.0024 (TJMG_1)
5155320-82.2019.8.13.0024 (TJMG_1)
2553508-45.2006.8.13.0024 (TJMG_1)

3. Todos esses processos podem ser consultados no sapiens pelo número judicial ou, alternativamente, de forma direta no sistema Pje do TJMG por meio de certificado digital A3 (advogado/AGU).
4. Desse modo, encaminho para Direção Central da PFE/INSS/Coordenação de Ações Prioritárias para conhecimento e providências.

Recife, 19 de outubro de 2023.

Luiz Rogério da Silva Damasceno
Procurador Federal
Coordenação da Equipe Regional de Matéria Administrativa
Procuradoria Regional Federal da 5ª Região

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 35014451357202200 e da chave de acesso 77ea0e02



Documento assinado eletronicamente por LUIZ ROGÉRIO DA SILVA DAMASCENO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1313743474 e chave de acesso 77ea0e02 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LUIZ ROGÉRIO DA SILVA DAMASCENO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 20-10-2023 09:20. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -
PFE/INSS - SEDE
COORDENAÇÃO DE AÇÕES PRIORITÁRIAS
SETOR DE AUTARQUIAS SUL QUADRA 2 BLOCO O 3º ANDAR

COTA n. 00447/2023/CAP/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU

NUP: 35014.451357/2022-00

INTERESSADOS: GERENCIA EXECUTIVA INSS MONTES CLAROS

ASSUNTOS: EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

1. Ciente do DESPACHO n. 00425/2023/COORD-TEC/EADM5/PGF/AGU, Coordenação da Equipe Regional de Matéria Administrativa da 5ª Região.
2. Encaminhamento à Coordenação-Geral de Pagamentos para ciência do conteúdo do Parecer de Força Executória, em especial, quando à instauração de procedimento administrativo em relação às Instituições Bancárias que fazem parte das ações citadas abaixo:

CADASTRO EFETUADO NO SAPIENS DAS AÇÃO CONSIGNAÇÃO:

5000028-81.2020.8.13.0570 (TJMG_1) - Banco BMG
5001223-35.2018.8.13.0647 (TJMG_1) - BANCO PAN
5002351-19.2019.8.13.0433 (TJMG_1) - BANCO BMG
5002495-64.2018.8.13.0647 (TJMG_1) - BANCO BMG
5017830-48.2016.8.13.0145 (TJMG_1) - BANCO BMG

CADASTRO AÇÃO PÚBLICA - CONSIGNADO

5041991-58.2020.8.13.0024 (TJMG_1)
5155846-15.2020.8.13.0024 (TJMG_1)
5155410-90.2019.8.13.0024 (TJMG_1)
5154588-04.2019.8.13.0024 (TJMG_1)
5155455-94.2019.8.13.0024 (TJMG_1)
5155320-82.2019.8.13.0024 (TJMG_1)
2553508-45.2006.8.13.0024 (TJMG_1)

3. Em relação aos procedimentos administrativos listados no tema Cadastro Efetuado no SAPIENS, como não é possível encaminhar as cópias dos processos administrativos via SAPIENS, por conta do tamanho dos arquivos, será enviado via correio eletrônico à Divisão de Consignação em Benefícios.
4. Em relação às ações coletivas não localizamos documentos que possam fundamentar processo administrativo no âmbito do INSS e será estudado com maior cautela juntamente com a Equipe de Atuação em Matéria Administrativa da PRF5 Região.

Brasília, 20 de outubro de 2023.

MARCIA ELIZA DE SOUZA

Procuradora Federal

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 35014451357202200 e da chave de acesso 77ea0e02



Documento assinado eletronicamente por MARCIA ELIZA DE SOUZA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1315850546 e chave de acesso 77ea0e02 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MARCIA ELIZA DE SOUZA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 07-11-2023 17:29. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.
